

História Pública: um desafio democrático aos historiadores In Coleção História do Tempo Presente: volume 2 / Tiago Siqueira Reis et al. organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Este texto tem como objetivo apresentar um panorama sobre os debates relativos à história pública, num convite para pensarmos suas contribuições e potencialidades para as práticas historiográficas, a educação histórica e suas relações com o tempo presente. Oportunidade, também, para refletirmos sobre a importância de quem somos como intelectuais e de como afetamos nossa própria história a partir de nosso ofício. Não pretendo sugerir que a história pública seja solução ou salvação para nenhuma prática como pesquisadores ou educadores, nem para qualquer reivindicação ou problema social, mas apenas fazer uma introdução e chamar à reflexão todos aqueles e aquelas que pretendam desencastelar-se de seu espaço de produção de conhecimento e ensino e que se abram ao diálogo com o público, além de arriscar-se ao uso mais persistente das novas tecnologias de comunicação.

Observamos, cada vez mais, a apropriação social de novas tecnologias a partir de opções individualizadas sobre o que ver e ouvir, e também sobre o narrar histórico. Fronteiras narrativas foram rompidas há tempos, assim como a circulação mais veloz de informações tem facilitado e também confundido a produção e o acesso ao conhecimento histórico, transformando os sujeitos em espectadores, clientes, produtores e consumidores de “produtos históricos”. As ondas e as redes de comunicação que promovem os usos do passado nunca foram tão dinâmicas e passam a concorrer com o tempo mais lento e necessário do historiador, tirando dele certa exclusividade sobre o fazer historiográfico.

Constatar esse aspecto não quer dizer que narrativas orais, escritas, imagéticas e virtuais não estivessem há tempo sendo produzidas fora da universidade. Porém, a multiplicidade e a velocidade com que isso tem sido feito nas últimas décadas colocam-nos em posição de atenção, prontidão e de necessária reinvenção. Não é a toa que as

discussões em torno da história pública tenham ganhado dimensões cada vez maiores e mais intensas, ampliando espaço e ocupando a agenda de historiadores preocupados com os debates do tempo presente.

É preciso salientar que, em especial no Brasil, estamos todos tomados por certo sentimento de constrangimento e mal estar diante de inúmeros discursos que fazem uso do passado, estrategicamente, para abrigarem interesses de setores conservadores, a fim de legitimarem sua posição política e social em meio a situações de conflitos, violências e desigualdades que se agravam. Discursos que procuram construir representações sobre grupos vulneráveis no processo histórico, culpabilizando-os das injustiças sofridas, naturalizando e simplificando relações sociais complexas num descompromisso com a chamada “verdade” ou “honestidade” histórica. Assim, por meio de redes públicas virtuais e pelas mais diversas formas de difusão, promovem a desqualificação do conhecimento produzido a partir do acúmulo conflituoso de saberes e da objetividade científica na Academia, nomeando-o de “doutrinário” a fim de colocarem-se em seu lugar como legítimos.

Para compreendermos este movimento voltado à possibilidade de se produzir conhecimento histórico em outros espaços e por outros agentes fora das universidades, é necessário que atentemos, também, para a dinâmica que envolve o tempo no qual estamos inseridos e as demandas que emergem no cenário político e social. Pensar novos formatos e novos lugares de se produzir conhecimento nunca foi novidade. Quando as primeiras discussões sobre história pública ganharam maior visibilidade, muitos profissionais questionaram sobre o significado de se trazer à tona algo que, aparentemente, seria parte do próprio ofício do fazer historiográfico e do ensino de História. Afinal, não seríamos todos historiadores públicos ao divulgarmos a história?

No entanto, a produção de conhecimento histórico fora dos parâmetros científicos e fora da Academia sempre foi olhada com certo desdém e desqualificação – talvez “uma coisa menor” - acostumados que sempre fomos a acreditar que monopolizávamos os métodos, as técnicas e a escrita da história, e uma vez que éramos mais preparados para pesquisar, registrar e analisar os acontecimentos. E, de fato, talvez sejamos, mas nunca fomos os únicos a fazer este exercício. Nas últimas décadas, assistimos ao avanço cada vez maior das tecnologias de comunicação, em especial das mídias virtuais; somos tomados pela pressão política de grupos plurais demandando por seus direitos sociais e identitários e pelo registro de sua própria memória e história, narradas na primeira pessoa e não mais por outros. Somos deslocados de certo conforto

diante de uma temporalidade que exige ações rápidas frente à grande quantidade de informações (muitas vezes equivocadas ou falseadas) e respostas imediatas a elas. Tudo isso exige um movimento de apropriação de métodos e meios que, ao mesmo tempo em que facilitam a multiplicidade de narrativas e o acesso a elas, podem produzir simplificações, confusões e até mesmo manipulações ideológicas e políticas sobre os usos do passado.

Descobrimos, alguns abismados, que os usos do passado – e também do presente - tornaram-se estratégicos para convencer sobre a relatividade e/ou multiplicidade de verdades que se colocam nos inúmeros espaços públicos, muitas vezes para valorizar histórias, lembrar, celebrar e também fazer esquecer, desqualificar, marginalizar e excluir. A história e a memória tornaram-se, recentemente com maior intensidade, campos de disputas acirradas, colocando os historiadores numa posição por vezes incômoda que exige atenção e revisão de uma postura restrita, elitizante e distanciada do público mais amplo, seja como audiência ou como agente histórico. Sônia Meneses, uma historiadora das comunicações, aponta para este descompasso entre a produção da Academia e sua aproximação com o público que perdurou no Brasil e que, agora, começa a se transformar:

Muito embora tenhamos avançado no processo de construção do conhecimento histórico, alguns velhos problemas pareciam permanecer, tais como o lento e desigual processo de divulgação dessa produção para o grande público, as disputas em torno do ensino, o relativo distanciamento das produções mais inovadoras relativamente ao universo escolar, a dificuldade de adequação das licenciaturas em história no Brasil (ainda bastante bacharelescas). Destaca-se também a pouca inserção das obras dos historiadores no mercado editorial brasileiro, no qual ainda predomina a imagem de que a obra de história não vende ao grande público porque é rebuscada, carregada de informações enfadonhas e feita apenas para uns poucos pares. (MENESES, 2018, p. 160)

Meneses aponta para a emergência do posicionamento ativo dos historiadores e da interação maior com o público, com a finalidade de produzirmos formas mais democráticas de elaboração e de aprendizado histórico, imersos que estamos num tempo ao qual precisamos responder numa velocidade que nos desconcerta. Tempo que exige de nós maior movimento, atenção e criatividade em nossas formas de lidar com a história, sem que isso signifique abrir mão dos pressupostos científicos. O desafio que se coloca é o de nos propormos não mais a “traduzir” a história a um público passivo, tratado apenas como audiência, mas nos relacionarmos com o mundo de forma humilde

e politizada, levando em conta a necessidade de escuta e interação com outras narrativas e saberes. Sobre este desafio é que pretendo falar neste capítulo.

Os debates sobre história pública: um breve histórico

A história pública tem sido entendida, conceituada e apresentada de formas diferentes nos países que a praticam e pensam sobre ela como desafio. Nos Estados Unidos, como afirmaram Jurandir Malerba (2014) e Ricardo Santhiago (2018), foi defendida como processo de formação e ação, diante da crise de empregabilidade que atingiu o país nos anos 1970, e cresceu baseada na ideia de que os historiadores poderiam/deveriam atuar em espaços públicos que extrapolassem a Academia como modo de se inserirem no mercado profissional mais amplo. Segundo Bruno Leal Carvalho (2017), o conceito de história pública passou a ser empregado nos Estados Unidos em 1976, pelo historiador Robert Kelley, o fundador da revista *The Publican Historian*, com apoio do *Oral History Institute* e o patrocínio do *National Council on Public History* (NCPH), organização interdisciplinar criada em 1979.

Robert Weible (2006), ex-presidente do *National Council on Public History* (NCPH) e curador-chefe do Museu do Estado de Nova York, descreveu-a como um conjunto de procedimentos voltados ao desenvolvimento do conhecimento histórico para além dos muros da universidade: nos lugares históricos de preservação da memória, como arquivos e museus, em projetos de história da comunidade, em agências governamentais, ou em empresas privadas. Desta forma, procurando atender a um potencial de mercado e ampliar espaços de ação pública dos historiadores, a história pública foi entendida como a possibilidade de se trabalhar em acervos, arquivos públicos, museus, bibliotecas, centros comunitários, memoriais, além de voltar-se a uma produção de entretenimento, fazendo usos das televisões, rádios, cinema e internet e ampliando audiências para a História. A partir dali, uma ampla rede de instrução técnica daria suporte ao historiador para atuar em processos de divulgação pública da história, dando origem ao que foi chamado de “historiador público”:

Desde o final dos anos 1990, nos Estados Unidos, a *Public History* encontra-se institucionalizada dentro das universidades. Em 1996, o *National Council on Public History* (NCPH) já arrolava mais de cinquenta programas de pós-graduação (*graduate studies*, nosso *Stricto Sensu*) voltados, em geral, para cursos principais em História e Administração Pública com habilitações em áreas como História Oral, Administração de Arquivos, Planejamento Urbano e História Ambiental. (MALERBA, 2014, p. 30)

Como apontou Malerba, a concepção estadunidense compreendia – e compreende - a necessária formação do profissional acadêmico por certa especialização, de maneira a inserir-se nos debates públicos e apresentar à grande audiência leiga uma história “popularizada”, “traduzida” em termos não exclusivamente acadêmicos. Assim, o historiador público se definiria e se diferenciaria dos demais historiadores tendo em vista algumas características, tais como: 1) a experimentação de novas fontes e de novas abordagens; 2) a comunicação com vários públicos; 3) o trabalho em equipe; 4) os vários meios empregados para difundir o conhecimento e 5) o não confinamento temático de suas pesquisas e experimentações (Newell, 2013 apud Carvalho, 2018, p.151).

Para os historiadores italianos a *Public History*, como assim nomeia a Associação Italiana (AIPH), é percebida como um campo das ciências históricas, uma nova área de pesquisa e ensino universitário que visaria preparar historiadores para atividades voltadas com e para diferentes públicos, seja nas escolas, bibliotecas, nas indústrias de turismo e cultura. Isso exigiria, também, a formação para uma história aplicada fora da universidade, às vezes chamada de "terceira missão", além do ensino e da pesquisa que, segundo a Associação, manteria vínculos com a tradição historiográfica italiana:

Em nosso país, existem muitas instituições culturais que podem se orgulhar de uma longa atividade de compromisso civil e práticas históricas em público e com as comunidades locais e que contribuíram para inovar com originalidade as formas de comunicação do conhecimento histórico. Na Itália, também é essencial que a história pública seja a lição dos historiadores orais - com reflexões sobre o conceito de "autoridade compartilhada", sobre o valor das memórias individuais e coletivas e sobre os processos de sua construção - e sobre a micro-história, que inovou profundamente a historiografia a partir do estudo das realidades territoriais circunscritas. (tradução nossa)¹

O estadunidense Gerald Zahavi (2011, p. 53), por sua vez, afirma que a história pública seria “uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam

¹*Esplicito è il riconoscimento e il legame con importanti tradizioni italiane. Nel nostro Paese molte sono le istituzioni culturali che possono vantare una lunga attività di impegno civile e di pratiche di storia in pubblico e con le comunità locali e che hanno contribuito a innovare con originalità le forme della comunicazione del sapere storico. In Italia sono inoltre imprescindibili per la public history sia la lezione degli storici orali – con le riflessioni sul concetto di “autorità condivisa”, sul valore delle memorie individuali e collettive e sui processi della loro costruzione – sia quella della microstoria, che ha innovato profondamente la storiografia a partire dallo studio di circoscritte realtà territoriali. Infine, non si può dimenticare l’esperienza peculiare dell’Italia nella gestione e valorizzazione di un patrimonio storico, archivistico, artistico, architettonico, paesaggistico e archeologico unico nel mondo. (Il Manifesto della Public History italiana). Disponível em <https://aiph.hypotheses.org/3193>*

pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo e que ainda estão se desdobrando”. Para ele, é um campo sofisticado e variado de atuação, e a profissionalização do historiador público não deveria deixar de lado três grandes dimensões: a comemoração, a educação e o ativismo. Estas últimas foram compreendidas por Raphael Samuel, na Inglaterra dos anos 1960/70, como fundamentais para se atender a projetos sociais, para mediar e contribuir na organização de saberes locais de grupos que emergiam em sua luta, como as feministas e os movimentos negro e operário ingleses. Por meio da criação do *History Workshop Journal* e de um Mestrado em história pública, manifestava-se a preocupação com a memória popular e a arte visual; defendia-se a produção e a publicização de uma história comunitária, envolvendo professores universitários, *family historians*, trabalhadores e curadores de patrimônio (Liddington, 2011, p. 41). Procurava-se, enfim, um fazer historiográfico mais democrático, que trouxesse a história para a arena pública e para o debate sobre justiça social, valorizando os saberes e fazeres do chamado “homem ordinário”, não apenas como audiência, mas também agente da escrita da história.

Em sentido semelhante ao inglês, Jill Liddington afirma que na Austrália a história pública nasceu mais tardiamente e em contraposição à preocupação predominante com a estabilidade empregatícia dos historiadores estadunidenses. Mostrou-se mais engajada e militante, questionando como adquirimos nosso senso do passado e revendo posicionamentos em relação a ele, no caso a própria história de conquista dos colonizadores europeus sobre os nativos e a exploração dos operários:

Na Austrália, a história pública engajou-se tanto politicamente quanto na prática, lutando em batalhas comunitárias – mais controvertidamente como ‘historiadores na linha de frente’ em Sidney, entrando no tribunal, subindo sem medo no banco de testemunhas, submetendo-se a ardilosos interrogatórios pelos conselheiros da cidade, para defender e preservar subúrbios industriais da classe trabalhadora tradicional – literalmente na linha de frente. (LIDDINGTON, 2011, p. 38)

Como afirmou Ricardo Santhiago (2018, p.288), e como procurei demonstrar aqui brevemente, as possibilidades de entendimento e de procedimentos da história pública são muitas e estão na ordem do dia como necessidade do tempo presente. Em países europeus anglo-saxões e nos Estados Unidos ela tem se constituído num campo acadêmico e de disputa “no qual estão em jogo postos de trabalho, oportunidades de publicação, posições em associações científicas e culturais, verbas de financiamento à

pesquisa, marcadores de reputação e prestígio”. Sobre a América Latina, em especial o Brasil, Jairo Antonio Melo Flórez afirma que a história pública impulsiona os historiadores a buscar caminhos mais ativos a fim de aplicar seus conhecimentos, embora não seja ainda uma prática alargada nos países latinoamericanos:

Na América Latina a história pública se bem que seja praticada por muitos historiadores, não é um campo reconhecido pela academia, ou pelo menos isso se evidencia pela completa ausência de programas acadêmicos (...) Na atualidade é o Brasil quem vem avançando em um processo de discussão e difusão da história pública que busca antes de tudo consolidar diversos núcleos em torno do tema no país, impulsionados principalmente pela Rede Brasileira de História Pública fundada em 2012. (FLOREZ, 2014, p.76, tradução nossa)²

Aos poucos, a história pública vai ganhando definições e práticas, de acordo com os contextos, interesses, culturas, movimentos e tensões que remetem, cada vez mais, a exercícios mais inovadores de produção e de difusão história. Mais do que isso, de compartilhamento e de enfrentamento a tentativas de revisionismos, censura e negacionismos de toda forma, como o que vem acontecendo no Brasil. A história pública, que ganha força e se amplia com a Rede Brasileira tem se configurado num dos caminhos que revelam o compromisso para se responder a debates, lutas e ameaças que se fazem vivas e urgentes no tempo presente.

A Rede Brasileira de História Pública

Os debates sobre história pública tiveram início no Brasil, com maior intensidade, no ano de 2011, quando foi desenvolvido o Curso de Introdução à História Pública, na Universidade de São Paulo. Ali, diferentes historiadores e outros profissionais se reuniram para falar sobre projetos, conceitos e também procedimentos que passavam a colocar os pesquisadores, cada vez mais, em relação com espaços e públicos distintos da Academia. Não significava, no entanto, que a expressão fosse novidade, uma vez que práticas voltadas à dimensão do público já aconteciam entre pesquisadores, professores e outros intelectuais preocupados com a ampliação e a democratização da elaboração e da divulgação da memória e da história.

² En América Latina la historia pública si bien es practicada por muchos historiadores, no es un campo reconocido por la academia, o por lo menos eso evidencia su completa ausencia de los programas académicos. (...). Em la actualidad es Brasil quien viene avanzando em um processo de discusión y difusión de la historia pública que busca ante todo consolidar diversos núcleos em torno al tema em dicho país, impulsionados principalmente por la Rede brasileira de História Pública fundada em 2012.

Nos debates realizados, evidenciou-se a enorme gama de possibilidades de ações dos historiadores nos estudos e projetos com audiovisual; no gerenciamento de coleções históricas e estudos arquivísticos; em práticas curatoriais; patrimônio material e imaterial; museus e memoriais; memórias institucionais e comunitárias; história digital; estudos de locais comemorativos e de ativismo; história oral; intervenções em escolas e associações etc. Em especial, os trabalhos com história oral, já desenvolvidos por boa parte dos profissionais presentes no evento realizado em 2011, apontavam e favoreciam o caráter dialógico e público das memórias e histórias, colocando em evidência a necessidade de reflexão com diferentes temporalidades entrecruzadas e vivas e o posicionamento cada vez mais comprometido do ofício dos historiadores com a multiplicidade de sujeitos voltados, inclusive, à disputa por políticas públicas. A história oral não estaria, necessariamente, associada à história pública, mas teria facilitado o reconhecimento da importância deste vínculo para o tempo presente. Exemplo pioneiro dessa discussão foi o de José Carlos Sebe Bom Meihy (1992), ao tratar do suicídio entre os Kaoiwá, no Mato Grosso do Sul, muito antes do encontro na Universidade de São Paulo, quando o pesquisador apontava para o compromisso do historiador com o registro e a análise de seu próprio tempo, tão emaranhado de experiências diversas e de passados vivos e traumáticos. Preocupado em escutar, registrar e publicizar as memórias dos indígenas, ele defendia, naquele momento, uma história-escuta, uma história-denúncia, uma história-acolhimento; enfim, uma história pública de intervenção social em busca de políticas públicas de reparação. Sobre a origem e o valor desse movimento, ao mesmo tempo acadêmico e político, de vínculo entre a história oral, a história pública e o tempo presente, também apontou Ana Maria Mauad:

a sua origem nos debates metodológicos sobre história oral, um dos domínios em que a escrita da história tem enfrentado desafios significativos associados à questão do tempo presente e da contemporaneidade do fato histórico; da subjetividade do relato face à demanda por objetividade do conhecimento; sobre a autoridade de quem fala sobre a memória dos outros; sobre as questões relacionadas ao estatuto de verdade do conhecimento apoiado na produção fontes, etc. (MAUAD, 2016, p.155)

Desde aquele evento na Universidade de São Paulo muito se caminhou no Brasil: a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), em 2012, a realização de eventos nacionais e internacionais (indo para sua 5ª. versão, em Porto Alegre, no ano de 2020) e a produção de livros - *Introdução à História Pública* (Almeida; Rovai, 2011), *História Pública no Brasil* (Almeida; Mauad; Santhiago, 2016); *História Pública*

em Debate (Almeida; Meneses, 2018); *Que história pública queremos* (Borges; Mauad; Santiago, 2018) e *História Pública e divulgação histórica* (Carvalho; Teixeira, 2019) - além de inúmeras mesas de debate, palestras e criação de disciplinas de graduação e pós-graduação - demonstraram e continuam a dar provas do imenso potencial intelectual e político que esta temática tem para nos mobilizar em torno da criação de ferramentas de trabalho, de diálogo interdisciplinar constante e da ponderação sobre eles no tempo presente.

As observações sobre história pública no Brasil têm ultrapassado a ideia de formação técnica do historiador como um profissional da Academia atuando fora dela, embora não se tenha ignorado ou recusado a pensá-lo e formá-lo. Recentemente assistimos a criação de Mestrados e concursos em história pública em universidades como as federais do Paraná (UFPR) e do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outras. Porém, este movimento no Brasil evidencia a preocupação cada vez maior com os procedimentos e processos de produção e publicização da história, com questões como a autoria compartilhada e com modelos participativos de se fazer história (Santiago, 2018), reconhecendo agentes além da exclusividade acadêmica e problematizando as redes de discursos sobre o passado e o tempo presente.

Desde 2011, quando ocorreu o curso de Introdução à História Pública na Universidade de São Paulo, as práticas e ponderações em torno deste conceito amplo e muitas vezes escorregadio, têm se configurado como preocupação sobre o nosso lugar e o nosso papel como profissionais do ofício e os diversos públicos. Diante de tantas reivindicações sociais do presente pelo direito à memória, à história e às inúmeras identidades, somos chamados a nos posicionar e reinventar, pensando formas de transformarmos as tecnologias e, mais do que isso, as comunidades, em nossas aliadas na escrita, na divulgação e na apropriação da História. Desta forma, o convite aos historiadores tem sido o de ponderarmos sobre questões que valorizem as experiências já realizadas, a reelaboração da ciência articulada mais estreitamente com os sujeitos coletivos e o diálogo com outras narrativas que emergem continuamente nas mais diferentes redes de comunicação. Portanto, como afirmou Benito Schmidt (2018, p. 18), o conceito de história pública “veio depois da coisa, mas também ajudou a criar a coisa, visibilizando seus contornos e características e conformando nossas experiências” como desafio constante, seja por meio de congressos, publicações e disciplinas nos cursos universitários, seja por projetos coletivos de educação histórica.

Imersos em meio a tensões sociais e identitárias e a revisionismos do senso comum, tornou-se emergencial problematizarmos as estratégias dos usos públicos da história, dos públicos como audiência e agentes da produção e divulgação e dos processos de mediação e compartilhamento. Como Santhiago (2016, p.29) apontou, é preciso ter claro algumas dimensões de nosso trabalho, nos perguntando sobre quem pode ou deve fazer história pública e levando em conta seus diferentes engajamentos entrecruzados: a história feita para o público, priorizando a ampliação de audiências; a história colaborativa e de autoria compartilhada, feita com o público; a história feita pelo público de maneira não institucional; e as reflexões sobre a história e o público. Mais do que isso, entendo que é preciso nos perguntarmos sobre as razões e as finalidades para a sua realização: afinal, para que e a serviço de quais interesses e grupos fazemos história pública?

Nesse sentido, as relações da história pública com as intencionalidades mercadológicas também se tornam uma preocupação do historiador. Até que ponto a ideia de divulgação da história deve se submeter – ou se é que deve – ao mercado editorial ou de entretenimento, de forma a atingir uma escuta mais ampla, sem correr os riscos da simplificação grotesca dos processos humanos? De que maneira podemos nos inserir nas redes de comunicação e nas comunidades diversas para sensibilizar, promover a participação ativa e colaborar para a consciência histórica?

Considerando a especificidade brasileira, Santhiago e Mauad não definem a história pública com um campo disciplinar, diferentemente dos historiadores públicos estadunidenses assim chamados por Weible ou Kelley. Estes últimos mais preocupados com a formação técnica de historiadores para intervenções objetivas em espaços públicos defenderam a criação de um campo disciplinar e profissional voltado à ocupação de postos de trabalho e à produção e divulgação de certos produtos e ações a uma grande audiência. Sem desconsiderar esta preocupação, mas ampliando o conceito, Santhiago define a história pública

como um dispositivo conceitual capaz de ajudar o historiador a enfrentar os desafios contemporâneos de sua atividade. Não é, portanto, sugerida necessariamente dentro de uma chave prospectiva; para além da plasticidade da expressão e da sua capacidade de abrigar um número e uma variedade notável de práticas e reflexões, ela tem funcionado principalmente como uma espécie de categoria deflagradora de um exercício de retrospecção. (SANTHIAGO, 2018, p.294)

Mauad, ainda, procura entendê-la como uma plataforma de observação, definindo-a como uma “atitude historiadora” disseminada em diferentes espaços públicos, instituições e comunidades; ou seja, “a tomada de posse do passado comum como material para dar sentido ao presente e situar-se no fluxo do tempo futuro”, promovendo o entendimento sobre as apropriações e usos coletivos do passado (Mauad, 2018, p.228); o mesmo exercício de retrospectiva apontado por Santhiago. Ao contrário dos países anglo-saxões e dos Estados Unidos, no Brasil a história pública se vinculou, também, às pesquisas não acadêmicas e partiu de uma “problematização dos usos públicos da história, da história e seus públicos e das histórias compartilhadas entre públicos” (Mauad, 2016, p.154).

Mais do que um campo de estudos (e ela também o é), é possível entendê-la como um movimento em relação à prática historiadora (Mauad, 2016) que não pressupõe um conjunto estável de técnicas a serem absorvidas e colocadas em prática, mas um movimento reflexivo permanente para compreender, colocar em discussão e reconstruir narrativas acerca do passado - e também do presente - e ações na arena pública, estas sempre entendidas em disputa e em relações de tensão e interesse.

A história pública leva a história científica às grandes audiências e abre a Academia para novas narrativas e saberes; também procura constituir “comunidades de escuta” e “historiadores públicos” nas coletividades diversas. Abre-se ao aprendizado diante das narrativas dos chamados “historiadores locais”, sem negligenciá-los ou estabelecer hierarquias, num encontro de saberes que deve permitir, humilde e coletivamente, a democratização do fazer histórico e historiográfico. Amplia-se quanto aos procedimentos, os espaços, as formas e os públicos: ela ganha não apenas sentido teórico-conceitual, mas prático, colaborando para o registro de inúmeras vozes, para confronto de oposições, para a mediação na resolução de problemas sociais e litígios legais (por meio dos testemunhos orais e documentos antes não considerados), para o debate em torno do patrimônio e de questões identitárias, para a construção de arquivos empresariais, de museus comunitários, numa gama tão grande de possibilidades que considera, mas dinamiza e ultrapassa, a textualidade historiográfica.

História pública por que e para quê?

Em tempos tão tensos e intensos, os trabalhos relacionados à história pública colocam questões necessárias aos historiadores, como a pergunta sobre para que, para quem e com quem pretendemos desenvolver nosso ofício, “concorrendo” com outras

narrativas num processo em que os “fornecedores do passado para as grandes audiências ignoram os historiadores por sua conta e risco” (LIDDINGTON, 2011, p.50). No Brasil, assistimos ao avanço de argumentos de desqualificação dos historiadores e do conhecimento por anos acumulados; questionamentos que colocam em dúvida os métodos historiográficos e a seriedade e validade da ciência histórica. Recentemente fomos assombrados pela circulação nas redes virtuais de “dossiês” desmerecendo historiadores ligados aos estudos sobre gênero e sobre a ditadura civil-militar, numa clara batalha de narrativas sobre o passado e diante da qual a Associação Nacional de História (ANPUH) posicionou-se em repúdio³. Autores como aqueles relacionados a esses falsos dossiês buscam desmerecer intelectuais e sua produção, com a finalidade de defender a existência de “historiadores independentes”, ou um “Brasil paralelo” ou, ainda, uma “história politicamente incorreta”; num processo revisionista perigoso que trata de dissolver a fronteira entre conhecimento científico e o senso comum, num projeto político conservador, embora se apresentem como portadores da “neutralidade”. Esta estratégia tem se apresentado como um grande desafio para nós, historiadores, nos chamando à arena pública para nos posicionarmos e nos desencastelarmos, marcando o compromisso com a defesa da ciência histórica presente nos mais diferentes espaços.

É preciso que se persista na ideia de que a simples ampliação do acesso e da divulgação às inúmeras narrativas sobre o passado, e também sobre a história do tempo presente, não se configura como “fazer história pública”, no sentido que a Rede Brasileira de História Pública (RBHP) entende e defende. Quando assistimos à elevada publicação de vídeos, sites, livros e revistas de divulgação histórica, a difusão em si não se configura como história pública, porque pode se manifestar como mera publicização irresponsável, com o risco de se igualar e simplificar a produção de conhecimento e a simples opinião, tornando inútil a divulgação sem a necessária reflexão a partir da ciência histórica sobre os procedimentos e processos de elaboração. Levar isto em conta não significa tornar monopólio o conhecimento histórico da Academia, mas levar em conta que historiadores precisam ocupar espaços físicos e virtuais e usar ferramentas de comunicação em posição de diálogo com os mais diferentes públicos; precisam agir na promoção de ponderações sobre esses processos discursivos e seus efeitos políticos e na democratização da própria ideia de público participante.

³ Disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5523-anpuh-brasil-nota-de-repudio> - acesso em 20 de novembro de 2019.

A divulgação, como não poderia deixar de ser, é resultado de processos de construções e de usos do passado por grupos que disputam versões e legitimam verdades, muitas vezes para atender a certa lógica do mercado da memória ou a certos silenciamentos cuja finalidade é combater resistências. Sônia Meneses (2018, p.181) aponta para uma “história abusiva”, produzida por sujeitos cujo objetivo de manipulação de fontes e de obras históricas procura incentivar a intolerância e mitos de ódio, que “resultam em profundas fraturas na formação de nossa consciência histórica”. Desta forma, público e privado se confundem, o primeiro sendo apropriado muitas vezes por interesses do segundo, por associações empresariais e partidos, também por movimentos sociais, pela militância e por comunidades, o que pode representar possibilidades de democratização, mas também manipulação de informações. Não quero afirmar, mais uma vez, que a história pública seja a salvadora dos conflitos e a criadora de consensos; pelo contrário, deve servir às controvérsias, evidenciando territórios e interesses particulares e coletivos.

Mais do que se pensar sobre o conteúdo que se aborda e divulga, torna-se necessário compreender os processos que os originam, as razões, a natureza dos conhecimentos e das relações entre os agentes que o constroem e consomem representações, fazem usos estratégicos do passado para dar sentido à sua existência ou à existência alheia, à continuidade de seus interesses e às memórias e lutas identitárias e políticas. O diálogo e a mediação do historiador com diversos sujeitos se tornam fundamentais, não no sentido de controlar, mas de perceber como outras histórias são produzidas e circulam socialmente, responsáveis pela formação do senso comum e pelos sentidos da história. Publicizar, dessa forma, não significa trazer à tona a verdade guardada, mas agir de modo a promover a reflexão das comunidades e dos movimentos sociais sobre sua trajetória e suas agendas presentes e futuras, evitando a tarefa de “traduzir”, “revelar” ou “simplificar” a história, o que pode contribuir, muitas vezes, com exotizações, folclorizações e hierarquizações de experiências múltiplas.

História pública: como? – conhecendo alguns caminhos

A produção e a divulgação de narrativas históricas por grupos e indivíduos não historiadores não são práticas recentes no Brasil e nem se configuram como um problema, se considerarmos que nunca coube aos historiadores a exclusividade sobre elas. No entanto, não podemos ficar passíveis diante do que muitas dessas produções

têm defendido em torno de sentidos e explicações para acontecimentos sobre o passado. A divulgação científica que durante anos foi desconsiderada como projeto ou estratégia da Academia – a não ser pela presença de algum historiador em colunas de revistas especializadas – acabou sendo feita por outros profissionais e segmentos sociais e políticos, a fim de entreter ou de formar opiniões, mesmo quando apresentam-se como apolíticas e neutras.

Esses trabalhos de divulgação da história revelam, muitas vezes, o estado da sociedade brasileira que encontra-se, hoje, num processo de tensionamento e confronto de projetos e concepções de mundo que se manifestam, em grande parte, por meio diverso de comunicação: pela televisão, pelos rádios, pelo cinema, por revistas e jornais, mas principalmente pelas redes virtuais. Blogs, sites, vídeos, *podcasts*, jogos eletrônicos, dentre outros, formam um ambiente digital em que múltiplas vozes e versões se apresentam, muitas vezes contribuindo para amplo acesso à informação – o que é importante – mas também para gerar distorções, reafirmar preconceitos e desmerecer a própria ciência histórica e os historiadores.

Este cenário tem incomodado e provocado a convicção mais intensa de que é preciso realizar este movimento ou “atitude historiadora”, como chamou Mauad (2018), no sentido de nos desafiar a ampliar nossa atuação e reafirmar nosso papel no processo de construção e divulgação do conhecimento histórico ao/com o grande público. O passado não pode ser simplificado e reduzido a um produto de consumo, sem que se reflita sobre os processos de leitura, de constituição de narrativas, de procedimentos de acesso e de circulação e seus (in)consequentes efeitos sobre a sociedade e sua consciência histórica. Como questionaram Mauad e Santhiago (2016), é preciso refletir sobre por que o passado se tornou estratégico, um objeto de comunicação, e o que instituições fazem do passado em meio às disputas políticas, religiosas, culturais e geracionais.

Seria impraticável apresentar aqui as inúmeras possibilidades de atuação dos historiadores na criação de formas mais democráticas de produção e divulgação do conhecimento histórico, a começar pelas discussões sobre os próprios livros didáticos e as didáticas de história escolar que são, sem dúvida, os meios mais tradicionais de publicização da História e sobre os quais Sônia Wanderley (2018, p.102) afirma, dentre outros historiadores, que é preciso pensar como estão sendo afetados pelo descentramento e fragmentação da produção de conhecimento, pela mudança tecnológica e pelas alterações paradigmáticas nas relações sociais, o que exige entendê-

los como espaços mediadores de consciência histórica e nos professores que neles atuam como sujeitos de “autoridade compartilhada” com a Academia e a comunidade escolar.

Não pretendo aqui me estender na apresentação das múltiplas considerações feitas de forma tão pertinente por parte de historiadores que pensam a história pública a partir do cinema (Ferreira, 2016), do patrimônio (Oriá, 2018) ou do ensino (Andrade; Andrade, 2016), entre tantos, mas apenas apontar como a história pública tem promovido inúmeras formas de atuação em antigos e novos espaços, em que o historiador deve se fazer presente, no intuito de ser um provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica.

Thaís Nívia Fonseca (2016) chama a atenção para o sentido coletivo dos processos educacionais também na criação dos museus comunitários e dos eco-museus, em que o público deixa de ser passante para atuar ativamente e em que se desenvolvem projetos educativos junto à população de escolas e das cidades ao seu redor. Como exemplo, cabe lembrar aqui a importância da criação de museus comunitários como o do Lomba do Pinheiro, na periferia de Porto Alegre, gerado em 2006 pela parceria de historiadores com a população local, a partir de objetos cotidianos e narrativas orais; ou, ainda, do Muquifu (Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos), criado e gerido por museólogos e voluntários desde 2012, e que se volta às memórias narradas pelos moradores das comunidades do Morro do Papagaio, em Belo Horizonte, habitadas predominantemente por pessoas negras, por meio de exposições, debates e oficinas. Memoriais como o da Resistência em São Paulo, criado em 2009, com a colaboração entre historiadores e ex-perseguidos políticos pela ditadura brasileira (1964-84) na organização do acervo e de ações educativas, também evidenciam práticas de história pública que, reconhecidas assim antes mesmo do conceito existir, inspiram novos trabalhos e mostram os sentidos que marcam nossa trajetória como historiadores no Brasil.

A criação de memoriais e a transformação em sítios de consciência de lugares que no passado tiveram como objetivo promover a dor também tornam-se fundamentais para se compreender o que, como sociedade, temos feitos com os considerados loucos, subversivos, criminosos (políticos ou não), tratados como abjetos sociais ao longo de nossa história. Viviane Trindade Borges (2018, p.85), chama a atenção para como a história pública tem feito diferença na preservação dos chamados “patrimônios difíceis”, aqueles que no passado (e no presente também) se voltaram ao confinamento,

como os leprosários, os manicômios e as prisões, fazendo vir a público o que durante anos foi ignorado e calado. Borges lembra que a história pública dos patrimônios difíceis tende a incomodar e ameaçar o presente de forma perturbadora, explicitando problemas sociais marcados por embates éticos, tomados por lembranças que remetem ao sofrimento, a feridas vivas que colocam a sociedade em perspectiva de responsabilização coletiva, repensando seus significados fora das funções originais e exigindo a reparação por políticas públicas voltadas ao dever da memória e ao seu debate cotidiano. No processo de realização dessas intervenções, a história oral e a história digital têm sido fundamentais, associadas à história pública.

Sobre a história oral, em especial, Juniele Rabelo Almeida (2016, p.53) afirma que seus procedimentos têm se relacionado de forma contundente com a história pública e podem contribuir na promoção de políticas públicas que partam do reconhecimento das reivindicações políticas e identitárias e das disputas socioeconômicas narradas pelos sujeitos coletivos, pois o “trabalho de memória dos movimentos sociais amplia as percepções identitárias e cria condições de legitimidade para a atuação dos seus integrantes no espaço público”. O trabalho com história oral, entendido como uma prática de história pública, requer conduta ética, de estreitamento de laços colaborativos e de responsabilidade com a memória coletiva dos sujeitos e dos movimentos sociais com quem trabalhamos. Isso significa que a história oral em si não se compromete com a história pública apenas pela divulgação dos conteúdos provenientes das entrevistas realizadas, mas deve levar em conta as dimensões públicas dos procedimentos metodológicos escolhidos para a realização das pesquisas, os debates públicos que deles decorrerão e os efeitos – benéficos ou não – para a comunidade envolvida ou atingida.

A devolução às chamadas comunidades de sentido dos trabalhos resultantes da história oral é parte fundamental da associação entre história oral e história pública. Nos últimos anos, alguns trabalhos de história oral têm sido desenvolvidos por mim com múltiplas comunidades (homens e mulheres violentados pela ditadura em São Paulo; pescadores e pescadoras no Maranhão; homens e mulheres LGBT, em Minas Gerais). Os processos de colaboração no momento da entrevista, de registro e mesmo da divulgação e circulação de suas memórias têm mostrado o vigor desse procedimento ligado à história pública, impactando vidas e acolhendo/gerando reflexões sobre políticas públicas nas coletividades. O compartilhamento dessas experiências promovem, inclusive, fortalecimentos e desejos de narrar de grupos invisibilizados socialmente por sua situação (jamais condição) social, de gênero, sexualidade,

religiosidade etc. Ao terminar o trabalho coletivo com o Movimento Gay de Alfenas, em 2019, além de um livro publicado (Rovai, 2019), a demanda pela escuta, registro e publicização das histórias de mulheres e homens trans na cidade foi evidenciada pela comunidade, que reivindicou mediação da Academia para o conhecimento e reconhecimento de suas existências e de seus direitos, além da criação de espaços democráticos de debate frente a versões públicas de ataque às suas vidas. São sujeitos e não um público passivo que pedem pela história pública e por nossa presença como mediadores. Os efeitos de pesquisas como essas transformam a própria Academia e as formas de divulgação, com apresentações, exposições, mesas redondas e formação de grupos para a troca de experiências, exigindo e elaborando políticas públicas, com parcerias entre Estado, universidade e coletividades. Na Universidade Federal de Alfenas, em Minas Gerais, neste momento, encontra-se em andamento a elaboração de um projeto voltado à saúde de pessoas trans, a partir das narrativas orais dessa comunidade, processo do qual tenho a honra de participar.

Ao contrário de um saber vazio, desprovido de experiências, os movimentos sociais crescentes – de mulheres, negros, homossexuais e transexuais, comunidades tradicionais, jovens e trabalhadores – revelam desejos coletivos que exigem posicionamento entre as disputas pelos usos do passado. Historiadores e não historiadores não se opõem; pelo contrário, se reformulam e se engrandecem, não mais preocupados em “traduzir” de forma simplória o que se produziu cientificamente, mas dando a conhecer e reinventando os procedimentos para discuti-los coletivamente, inclusive questionando-os, no sentido de contribuir para a promoção de um conhecimento capaz de sensibilizar e legitimar o direito à memória e à história:

Pensar o papel do historiador como intelectual aqui é considerá-lo como mediador, como ponte entre a universidade e grupos diversos dos quais os significados de existência, a ressonância e as identidades não podem ser simplificados ou reduzidos à sua produção material e a suas possíveis tradições a partir de critérios fixos. Pelo contrário, também é preciso levar em conta suas formas de transgressão e inovação, seus conflitos e disputas internas, seus enfrentamentos sociais contra o mundo do tempo rápido, avassalador e mercadológico, a espetacularização, e em busca por políticas públicas que lhes tragam benefícios e lhes garantam o direito aos direitos. (ROVAI, 2018, p.189)

Sobre esta relação que deve se estreitar, entre universidade e comunidades, ainda saliento dois trabalhos importantes, entre tantos que não caberiam aqui pela extensão do texto. Um deles é desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG),

no Paraná, sob a orientação de pesquisadores como Robson Laverdi, Alessandra Izabel de Carvalho e Evelyn Roberta Nimmo, junto aos cultivadores de erva-mate na região. O processo de escuta das histórias orais de vida tem se desenvolvido de forma coletiva (inclusive com os erveiros e erveiras entrevistando a si mesmos e aos pesquisadores) e tem levado ao debate sobre os saberes tradicionais da agricultura familiar e o papel da erva-mate e dos sistemas de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária. Assim, o registro da história da comunidade e de seus saberes e fazeres tradicionais tem contribuído para a elaboração de ações públicas, por meio de parcerias com órgãos do Estado.

Outro trabalho que procuro destacar aqui é o projeto *Passados Presentes*, desenvolvidos pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e coordenado pelas historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos. O estudo de história oral junto aos quilombos apresentou uma aguçada consciência do papel que as memórias e as representações do passado têm no tempo presente e na luta pelos direitos de cidadania das populações afrodescendentes. O inventário sobre as manifestações culturais, como o jongo, e os territórios dessas populações gerou a elaboração de quatro filmes, além de um banco de dados num site com informações sobre lugares de memória da escravidão no Brasil, verbetes sobre o patrimônio imaterial e a criação de aplicativos para celular com quatro roteiros: a antiga “Pequena África”, o Parque das Ruínas de São José do Pinheiro e os quilombos São José e Bracuí, numa parceria com as comunidades quilombolas e jongueiras⁴.

Serge Noiret (2015, p.35) nos fala da importância da história pública digital como possibilidade da constituição de uma espécie de saber comunitário, engajado e em rede (*crowdsourcing* ou história pública ativista): “a web deve ser compreendida como história ‘viva’ e ‘pública’, praticada de forma interativa por todos, e não mais limitada à atividade dos historiadores acadêmicos, que registram digitalmente, com frequência em formato fechado, as próprias publicações tradicionais”. Este “ativismo digital”, para Noiret, pode ser realizado pelos assim chamados por ele de “historiadores públicos digitais” (*digital public historians*), intermediários na reunião e gerenciamento de diferentes documentos, seleção, conexão de públicos diversos, colocando à disposição os conhecimentos sobre diferentes acontecimentos que afetam o presente, com a colaboração também da comunidade não acadêmica.

⁴ Disponível em <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php> - acesso em 10 de outubro de 2019.

Além do projeto *Passados Presentes*, outros trabalhos importantes de história pública digital estão sendo desenvolvidos no Brasil e ganham cada vez mais espaço na arena pública, com a participação de historiadores e de um público mais participativo e interativo, indo de exposições e livros e revistas virtuais a jogos digitais, aplicativos, *webseries*, *blogs* e *sites*. Quero evidenciar, nesse sentido, também o *Projeto Close - histórias LGBT de Porto Alegre: produção acadêmica, acervos, ensino de história e história pública*, desenvolvido pelo historiador Benito Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo objetivo tem sido articular pesquisas em andamento ou recém-finalizadas sobre a temática LGBT e promover a reunião de acervos documentais e bibliográficos, além de entrevistas orais, para a formação do Centro de Referência sobre História LGBT e elaborar formas de divulgação dos conhecimentos produzidos por meio de exposições públicas e da elaboração de materiais (vídeo e livro paradidático) a serem utilizados nas redes estadual e municipais de ensino da região metropolitana da capital gaúcha, numa articulação entre universidade, comunidade LGBT e espaços escolares.

Quanto à difusão histórica e história digital, o site *cafehistória.com.br*, criado por Bruno Leal P. Carvalho, professor da Universidade de Brasília (Unb), tem se tornado, desde 2008, um espaço midiático digital de construção e de divulgação de conhecimento histórico em que o diálogo e a comunicação com o público faz parte integrante da mídia. Mesmo antes do debate sobre história pública, o pesquisador já procurava criar uma ponte entre História e Comunicação (2019, p.109). Contando com a participação do público externo e com diferentes pesquisadores, o *Café História* procura aliar uma apurada organização e exposição digital de textos e imagens com a análise de problemas e contextualizações históricas, que fogem do anedótico e dos simplismos de outras redes digitais.

Ainda voltado à história pública digital, no ano de 2016, o historiador Paulo César Gomes e colaboradores, influenciados pela existência da Comissão Nacional da Verdade e de seu processo de escuta, deram origem ao site *historiadaditadura.com.br*. Por meio dele, construíram uma base de dados para reunir referências de produções em vários formatos sobre o período ditatorial, além de disponibilizar material didático para professores e alunos e comportar um conjunto de entrevistas com pesquisadores e pessoas que vivenciaram o regime militar (GOMES, 2019). Trata-se de um projeto feito para atingir o grande público, no sentido da divulgação científica, devido “ao grande

desconhecimento que existe no senso comum sobre o passado ditatorial brasileiro” (p.98).

O *podcast* é outro formato que tem sido utilizado em busca da difusão do conhecimento histórico e como possibilidade didática e, nesse sentido, cabe destaque ao programa *Sobre História* (soundcloud.com/sobrehistoriapodcast), que tem produzido temáticas que contam com a participação do público na construção das pautas, por meio de e-mails, blogs, bate-papos informais, consulta via *teaser* e pesquisas relacionadas aos debates das salas de aula. O programa *Vozes: Histórias e Reflexões*, *podcast* difundido pela CBN (<https://audioglobo.globo.com/cbn/podcast/feed/580/vozes-historias-e-reflexoes>), também conta com entrevistas com historiadores e com pessoas que vivenciaram diferentes momentos da história, buscando não apenas a divulgação, mas a reflexão e a troca de ideias com o público ouvinte. Para Bruno L. P. Carvalho, a história pública digital se expande e se fortalece como:

uma arena aberta de debates e experimentações que envolvem a aplicação das tecnologias digitais às diversas práticas da história. (...) No plano do ensino, plataformas de educação à distância, quadros interativos e aplicativos educacionais estão produzindo novas formas de se conceber o processo de ensino-aprendizagem. No plano da pesquisa, a digitalização de acervos históricos desencadeou uma revolução na produção de dissertações e teses. (CARVALHO, 2016, p.153)

Esta transformação na elaboração e difusão do conhecimento histórico por meio das tecnologias digitais, e aqui exemplificadas, nos dão a dimensão da potencialidade da história pública. No entanto, é preciso considerar que as tecnologias não comportam em si a certeza da democratização do conhecimento, pois elas dependem dos processos em que autores e “consumidores” passam a criá-las, manuseá-las e apropriá-las. Confundida com a mercantilização e a popularização da história em seu sentido mais raso, anacrônico e anedótico, a difusão por meio de filmes, livros didáticos e paradidáticos, literatura de vendagem massiva, *sites*, *podcasts*, e *blogs* pode se transformar num conjunto de práticas que resultem em simplificações de processos de luta e em estigmatizações de sujeitos múltiplos, entendidos como massa, importando menos a reflexão e os embates de memórias e o respeito à diversidade e criando uma ilusão de pluraridade pelo excesso de informações.

Os projetos que procurei apontar não são modelos a serem imitados, mas exemplos da preocupação ética, científica e dialógica que deve permear e inspirar novos trabalhos de história pública. Rogério Rosa Rodrigues (2018, p. 280) lembra que “em

tempos de inflação de usos do passado, uma história feita para, com e pelo público é algo tão contemporâneo quanto vigoroso, mas também pode ser um calcanhar de Aquiles”. A história pública sem os princípios teóricos e sem o movimento de reflexão, importantes para orientar os trabalhos nos mais diferentes espaços, pode levar a um tecnicismo limitante das potencialidades das experiências. É necessário, reforça o autor, insistir na construção de princípios a partir de diálogo com o público de forma mais democrática possível e por meio de parcerias interdisciplinares. Isso exige alterações das práticas pedagógicas e a incorporação das dinâmicas culturais e das exigências sociais do tempo presente, em especial aquelas marcadas pela pauta da diversidade e da inclusão cultural. Com essa perspectiva desafiadora sobre a contemporaneidade, concordo aqui com Rogério Rosa e com as afirmações de Juniele R. Almeida e Sônia Meneses de que:

Se o mundo em que vivemos é um mundo repartido, nós, historiadores, somos chamados a atravessar também nossos próprios territórios e fronteiras, desafiados a experimentar os limites de nossa profissão como produtores de conhecimento e professores para irmos além e ajudar a tecer novas compreensões, ainda que provisórias, do nosso próprio tempo. Entender a contemporaneidade talvez seja o nosso maior desafio. (ALMEIDA; MENESES, 2018, p.12)

Considerações finais

Quando Ricardo Santhiago, Sara Albieri e Ana Maria Mauad, entre outros, se propuseram a ampliar e fortalecer a discussão sobre história pública no Brasil – o que se converteu no primeiro livro organizado por Juniele Rabelo e por mim, em 2011 - eles se preocuparam em valorizar aquilo que muitos já faziam, numa trajetória coletiva que não era percebida ou nomeada, trazendo para a Academia e também para um público diverso a oportunidade urgente de nos reconhecermos e nos repensarmos como intelectuais, pesquisadores e cidadãos de um mundo fragmentado, veloz e repleto de vozes capazes de minar versões históricas únicas e hegemônicas, inclusive entre nós.

Os debates desde então têm nos colocado em posição mais sensível e delicada de escuta, de olhar e de percepções sobre uma rede de narrativas e experiências que circulam e que pedem de nós a prática de uma ciência dialógica que precisa ser reinventada à luz de novas tecnologias e de desafios que exigem maior comprometimento e troca, em meio a uma sociedade que tornou o passado estratégico em seus confrontos.

A série de diálogos que o curso de história pública buscou estimular, em 2011, não objetivava inventar um novo campo disciplinar, mas nos chamava a participar da prospecção sobre práticas que promovessem as relações dialógicas entre historiadores e seus públicos. Desde então, pensamos mais abertamente sobre nossas potencialidades na produção de uma História que incomoda e que movimenta a sociedade e os intelectuais (como parte dela) diante de uma crise ética, com inúmeras incertezas e constrangimentos e para/com a qual os historiadores precisam assumir compromissos; também realizar perguntas sobre as motivações, os processos, as finalidades e os múltiplos efeitos e possibilidades estratégicas dos usos do passado (sempre próximo) no presente por diferentes grupos.

Descobrimos que precisamos questionar mais, interagir mais, ouvir mais, estreitando ou diluindo barreiras entre agentes sociais, espaços e saberes acadêmicos e não acadêmicos, por meio de abordagens e tecnologias que conhecemos, mas muitas vezes desvalorizamos por nos limitarmos a formas tradicionais do fazer historiográfico e da educação histórica. Não se trata mais de abominar as diversas mídias e narrativas múltiplas no processo de se escrever ou difundir a História, mas usá-las a favor da democracia, das memórias e dos direitos identitários, sociais e políticos, colocando-os em confronto com revisionismos de toda forma e estimulando a reflexão coletiva sobre eles, a partir dos princípios éticos, educacionais, dialógicos e historiográficos. A história pública no Brasil se converte, assim, na prática de uma ciência mais plural, rica e humanizada.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele R. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47-55.

ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G.O. *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. *História Pública em Debate*, São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ANDRADE, Everardo P.; ANDRADE, Nívia. História pública e educação In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 175-184.

BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação de patrimônios difíceis? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo;

BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.85 a 100.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? In: BORGES, Viviane; MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O cinema na história pública: balanço do cenário brasileiro (2011-15) In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 133-147.

FLÓREZ, Jairo A. Melo. *Presentacion. Especial Historia pública. Revista Historia 2.0, Conocimiento histórico en clave digital*. Año IV, Número 8, dic 2014, p.71-77.

FONSECA, Nívia de Lima. Ensino de história, mídia e história pública In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.185 -194.

GOMES, Paulo César. História da ditadura: como tratar de regimes ditatoriais com o grande público In: CARVALHO, Bruno Leal P.; TEIXEIRA, Ana Paula T. *História pública e divulgação histórica*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31 a 51.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. *Hist. Historiografia*. Ouro Preto, n. 15, ago 2014, p. 27-50.

MAUAD, Ana Maria. Entrevista concedida a Ligia Conceição Santana e Hamilton Rodrigues dos Santos. *Perspectiva Histórica*. Jan-jun 2016, n.7, p.151-155.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MENESES, Sônia. In ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. *História Pública em Debate*, São Paulo: Letra e Voz, 2018.

NOIRET, Serge. História Pública digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, maio 2015, p. 28-51.

ORIÁ, Ricardo. História pública e monumentos: a narrativa visual do passado nacional In: MENESES, Sônia. In ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. *História Pública em Debate*, São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 33-50.

RODRIGUES, Rogério Rosa. A história pública serve para a teoria da história, e vice-versa? In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que historia pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 277-292.

ROVAI, Marta Gouveia de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético In: ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado.* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ROVAI, Marta Gouveia de O. *Que possamos ser o que somos: memórias sobre o Movimento Gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT (2000-2018).* Alfenas: Cria, 2019.

SANThIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados - Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANThIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANThIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento.* Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando História Pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de O. *Introdução à História Pública.* São Paulo: Letra e Voz, 2011.